

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 13ª VARA
CRIMINAL FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE CURITIBA-PR**

Ação Penal n.º 5063130-17.2016.4.04.7000/PR

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, já qualificado nos autos da ação penal em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por seus advogados infra-assinados, expor e requerer o que segue.

I – DA JUNTADA TARDIA DE PAPÉIS POR PARTE DO *PARQUET*

Em 03/08/2017 o Ministério Público Federal apresentou nos autos da presente ação penal (evento 928), manifestação por meio da qual anexou **diversos papéis sem qualquer identificação e pleiteou a juntada de outros tantos.**

Em síntese, na mencionada manifestação, o *parquet*:

- 1) Requereu a juntada do registro audiovisual de depoimento prestado pelo colaborador Marcelo Bahia Odebrecht em seu **Termo de Colaboração n.º 40**, afirmando que tal depoimento seria relativo aos fatos objeto da ação penal. Segundo consta, o referido termo foi apresentado ao juízo em mídia eletrônica (CD);

- 2) Apresentou **38 anexos sem qualquer identificação**, os quais não foram sequer mencionados na referida petição;
- 3) Requereu, ainda, a juntada “*sem prejuízo de posterior complementação*”, de elementos constantes de procedimentos estranhos à presente ação penal, informando que o traslado já teria sido autorizado por Vossa Excelência.

Relativamente a este último ponto, o MPF pleiteou, especificamente, a juntada de “*elementos constantes do evento 3 dos autos nº 5020656-94.2017.4.04.7000 (Petição 6741 do STF), do evento 2 dos autos nº 5021002-45.2017.4.04.7000 (Petição 6854 do STF), do evento 2 dos autos nº 5022461-82.2017.4.04.7000 (Petição 6735 do STF), dos eventos 2, 3 e 7 dos autos nº 5023885-62.2017.4.04.7000 (Petição 6780 do STF) e do evento 2 dos autos nº 5028031-49.2017.4.04.7000 (Petição 6832 do STF)*”, conforme autorizado por esse d. Juízo Federal nos referidos procedimentos.

Ao final, o órgão acusador que os papéis juntados seriam supostos elementos de corroboração apresentados por executivos do Grupo Odebrecht no bojo de seus acordos de colaboração, remetidos ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Em despacho proferido em 07.07.2017 (evento 932), Vossa Excelência deu ciência ao **Peticionário** sobre a juntada da aludida petição e seus anexos.

Inicialmente, destaque-se que os cinco procedimentos elencados na petição ministerial (nº 5020656-94.2017.4.04.7000, nº 5021002-45.2017.4.04.7000, nº 5022461-82.2017.4.04.7000, nº 5023885-62.2017.4.04.7000 e nº 5028031-49.2017.4.04.7000) tramitam sob **sigilo absoluto**, não tendo a defesa do **Peticionário** acesso ao seu conteúdo.

Logo, não é possível admitir que o *Parquet* junte aos autos parte de procedimentos sigilosos — sem que a defesa do **Peticionário** possa ter acesso à íntegra dos respectivos conteúdos.

De outra banda, revela-se **inadmissível** que o Ministério Público Federal pretenda, neste momento, a juntada de papéis sem qualquer identificação — supostamente relativos às colaborações dos executivos do grupo Odebrecht.

Com efeito, até o momento já foram realizadas 34 audiências para a oitiva de 97 testemunhas de acusação e defesa. Até mesmo os interrogatórios já foram marcados pelo juízo.

Obviamente, não se desconhece o teor do disposto nos artigos 231 e 232 do CPP, que indicam que as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo. No entanto, não se pode aceitar que o órgão acusador possa realizar uma instrução paralela e venha juntar aos autos papéis que poderiam ser objeto de perguntas a testemunhas já ouvidas.

Na verdade, ao adotar essa prática, o órgão acusador incorre em verdadeira **deslealdade processual**, evidenciando a tentativa consciente e deliberada de prejudicar a defesa do **Peticionário**, configurando evidente abuso do direito previsto em lei.

Assim, não há que ser admitida a juntada dos documentos pretendidos.

Há que se destacar, ainda, que além do termo de colaboração nº 40 de Marcelo Bahia Odebrecht e do pedido de traslado de peças das quais sequer se tem conhecimento do conteúdo, visto que os procedimentos em trâmite perante essa Vara Federal, como já dito, tramitam sob sigilo absoluto, o Ministério Público simplesmente anexou (evento 928), juntamente com sua manifestação, **38 anexos sem**

qualquer indicação de origem nem sequer uma mínima referência a respeito no petítório.

Da simples leitura da manifestação exarada, não se encontra qualquer **indicação** do motivo pelo qual os 38 anexos foram juntados nem sobre o que se tratam. Da mesma forma, não há nenhuma referência a respeito da data em que teriam sido produzidos tais anexos, do local onde teriam sido produzidos, de sua origem ou autenticidade. Em suma, ao se tentar analisar os 38 anexos, resta impossível identificar informações concretas sobre eles, inviabilizando qualquer tentativa de defesa.

Ante o exposto, constatada a clara tentativa, consciente e deliberada, por parte do Ministério Público Federal, de prejudicar a defesa do **Peticionário**, impõe-se, necessariamente, o DESENTRANHAMENTO da petição e dos respectivos anexos ora tratados (eventos 928 e 929) a fim de se evitar a prática de mais um ato de cerceamento de defesa.

Caso sejam eles mantidos – hipótese aventada apenas *ad cautelam* – mostra-se de rigor, ainda em atenção ao contraditório e à ampla defesa, seja **(i) determinado** ao Ministério Público Federal que indique a fonte primária dos arquivos trazidos aos autos, a fim de que seja realizada **prova pericial** nos respectivos equipamentos, visando a identificar as propriedades desses documentos e a perenidade de conteúdo; **(ii)** seja deferida a reinqüirição das testemunhas a fim de que os papéis juntados sejam submetidos ao contraditório e à ampla defesa.

II – DO SISTEMA “MY WEB DAY” E “DROUSYS”

Em despacho proferido em audiência do dia 14.07.2017 (evento 836), este Juízo deu ciência da manifestação do Ministério Público Federal datada de 13.07.2017 (evento 829) ao **Peticionário**, *in verbis*:

São Paulo
R. Pe. João Manuel 755 19º andar
Jd Paulista | 01411-001
Tel.: 55 11 3060-3310
Fax: 55 11 3061-2323

Rio de Janeiro
R. Primeiro de Março 23 Conj. 1606
Centro | 20010-904
Tel.: 55 21 3852-8280

Brasília
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1
Ed. Libertas Conj. 1009
Asa Sul | 70070-935
Tel./Fax: 55 61 3326-9905

*“2. Ev. 829 – **O Ministério Público Federal, em cumprimento ao Termo de Audiência do ev. 815, informa que não tem acesso ao sistema “MyWebDay” utilizado pelo Grupo Odebrecht**, nem dispõe de cópia desse sistema. Fica a Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva ciente.” (destacou-se).*

Posteriormente, a Defesa apresentou nova petição (evento 851) evidenciando que a afirmação do Ministério Público Federal de que não teria acesso ao sistema “My Web Day” colidia frontalmente com informações públicas amplamente registradas pela imprensa e jamais refutadas pelo órgão acusador.

Em razão de tal petitório, o Parquet proferiu nova manifestação (evento 917) reiterando não ter acesso ao sistema em questão, e fazendo as seguintes afirmações:

Como constou logo na denúncia, o Setor de Operações Estruturadas do Grupo Odebrecht utilizava dois sistemas de informática: um que era utilizado para a comunicação entre os envolvidos nos pagamentos de recursos não-contabilizados, incluindo os empregados da Odebrecht e também os próprios doleiros e controladores de contas mantidas no exterior (sistema Drousys), e, um outro, que funcionava para alimentar e controlar os dados financeiros relativos à contabilidade paralela (sistema My Web Day).

***O sistema Drousys** consistia em máquinas virtuais, inicialmente abrigado em data center localizado na Suíça e depois migrado para a Suécia, que proporcionava e-mail e bate-papo, o que, como referido, era usado para a finalidade de comunicação pela equipe do Setor de Operações Estruturadas. No primeiro semestre de 2016, o Ministério Público Federal formulou pedido de cooperação internacional dirigido à Suíça, solicitando especificamente o compartilhamento dos dados relacionado ao sistema Drousys. Embora esse pedido não tenha sido atendido até a presente data (certidão em anexo), o Grupo Odebrecht obteve extração dos dados armazenados no servidor localizado na Suécia, para onde os dados foram migrados, e forneceu uma cópia sua ao Ministério Público Federal em março de 2017 (em anexo), em razão do acordo de leniência firmado, cópia esta que ora se encontra custodiada na Procuradoria-Geral da República, já que os dados são relacionados também a investigados detentores de foro por prerrogativa de função perante as Cortes Superiores.*

***Já o sistema My Web Day** era o sistema já utilizado pelo Grupo Odebrecht para controle de fluxo financeiro, tendo sido adaptado para o uso do Setor de Operações Estruturadas, com a finalidade de gestão financeira, sendo que os dados dessa versão “B” ficavam armazenados em servidor inicialmente localizado em Angola e que depois foram migrados para servidor na Suíça. Um primeiro acesso a esse sistema dependia de token denominado “ironkey”, sendo exigida, em seguida, o uso de outras várias senhas.*

Quanto ao sistema My Web Day, não foi fornecido pela Suíça nem pelo Grupo Odebrecht cópia integral. Embora Hilberto Mascarenhas tenha referido em declaração escrita que estaria em posse de seu “ironkey” de acesso, o colaborador esclareceu no depoimento prestado que se equivocou a respeito, como se vê no Termo de Colaboração n.º 26, publicamente veiculado na internet, já que o colaborador afirmou ter-se desfeito desse token que era necessário para acessar o sistema em questão. (destacou-se).

Causa estranheza, para dizer o mínimo, a denúncia se basear no afirmado “Setor de Operações Estruturadas” que utilizava o sistema “My Web Day” para controle dos supostos pagamentos de vantagens indevidas e, a despeito disso, ser tomado com *naturalidade* pelo Ministério Público Federal o fato de os delatores do Grupo Odebrecht não terem fornecido acesso ao referido sistema. Aliás, causa estranheza ainda maior que o acesso ao “My Web Day” não tenha sido uma condição para a aceitação dos aludidos acordos de colaboração, já que, segundo a narrativa que emerge na denúncia, seria a única forma de efetivamente verificar (i) se houve o pagamento de vantagens indevidas, (ii) quais os atos supostamente relacionados a essas supostas vantagens indevidas e, ainda, (iii) quem teriam sido os supostos beneficiários — tudo isso sem nenhuma relação com o **Peticionário**, como já está claro nos autos.

Sublinhe-se, ainda, por relevante, que o Sr. **Hilberto Mascarenhas** “lembrou-se” de que não mais teria acesso ao sistema “My Web Day” após a Defesa pedir acesso a esse material. O pedido de acesso foi formulado em 07/07 e a “lembrança” da afirmada perda do acesso anteriormente afirmado pelo delator foi afirmada em depoimento prestado em 12/07. Por que antes desta data o tema foi esquecido pelo *Parquet*?

Acrescente-se, ainda, que ouvido por este Juízo sob o *compromisso* de dizer a verdade, o Sr. **Hilberto Mascarenhas** declarou: “Esse sistema existe, está no mesmo lugar onde sempre esteve, só que bloqueado. E lá tem essas informações de quais pagamentos foram feitos” (destacou-se).

O MPF *fecha os olhos* para o caminho do dinheiro (“*follow the money*”)? **Será porque sabe — e não quer explicitar — que o ex-Presidente Lula**

não tem qualquer relação com o assunto e a denúncia é desprovida de materialidade?

Esse tema passa a ser ainda mais *intrigante* quando se verifica declarações prestadas à imprensa por ex-funcionários do Grupo Odebrecht, à exemplo da reportagem “**Odebrecht fez fraude para ocultar desvios de delatores, diz advogado**”¹.

Outrossim, **o MPF afirma que não teria recebido “cópia integral”** do sistema “*My Web Day*” — sequer especificando qual “parte” teria tido acesso.

Dessa maneira, torna-se forçosa a conclusão de que **ou** está sendo imposta uma indevida *restrição* à defesa ao acesso de documentos e informações de posse do *Parquet* **ou** é necessário admitir-se que as delações que embasam a acusação **não** estão acompanhadas de elementos probatórios capazes de comprovar o alegado pelos colaboradores.

Ao mesmo tempo em que busca dar — de forma *descabida* — valor a papéis sem qualquer identificação de origem e sem qualquer demonstração de autenticidade, como visto no item anterior (Evento 928), o MPF traz aos autos uma versão não convincente e tortuosa sobre o aludido sistema “*My Web Day*”.

Está evidente que toda a acusação formulada contra o **Peticionário** se baseia exclusivamente em *narrativas* e hipóteses acusatórias, sem qualquer elemento de corroboração, sendo necessário, de qualquer forma, sejam tomadas as providências a seguir requeridas.

¹ Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909456-odebrecht-fez-fraude-para-ocultar-desvios-de-delatores-diz-advogado.shtml> > acesso em agosto de 2017.

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

- 1) Seja determinado o **desentranhamento** da manifestação e dos anexos juntados pelo Ministério Público Federal em 03/08/2017 (Evento 928) nos autos da presente ação penal, bem como o indeferimento da juntada daqueles que ainda não foram trasladados, a fim de evitar nova violação à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal;

- 2) Caso tais papéis sejam mantidos nos autos – hipótese aventada apenas *ad cautelam* – requer-se, em atenção ao contraditório e à ampla defesa, seja (i) **determinado** ao Ministério Público Federal que indique e apresente a fonte primária dos arquivos trazidos aos autos (dispositivos de onde foram extraídos), a fim de seja realizada **prova pericial** nos respectivos equipamentos com o objetivo de identificar as propriedades dos documentos em tela e a perenidade dos respectivos conteúdos; e, ainda nesta hipótese cogitada a título de argumentação, (ii) seja deferida a **reinquirição** das testemunhas a serem indicadas pela Defesa — ou eventualmente a apresentação de novas testemunhas — a fim de que os aludidos papéis sejam submetidos ao *contraditório* e à *ampla defesa*;

- 3) Como corolário dos requerimentos acima, requer-se, ainda, sejam **suspensos sine die** os interrogatórios designados para o mês de setembro, a fim de que se possa viabilizar a realização de *prova pericial* tanto nos documentos apresentados, quanto nos *dispositivos* (computadores, celulares, tablets etc.) de

onde teriam sido retirados os papéis juntados no Evento 928, bem como a *reinquirição* de testemunhas a serem indicadas, para submeter ao contraditório os documentos *tardamente* apresentados;

- 4) Relativamente ao sistema “*My Web Day*”, requer-se, diante da informação do Ministério Público Federal de que não teve acesso a “*cópia integral*” do sistema, seja determinado ao órgão de acusação que traga aos autos todas as correspondências trocadas com o Ministério Público da Suíça a respeito desse sistema “*My Web Day*” apresentando inclusive a via eletrônica dos documentos para que sejam submetidos à perícia.

Termos em que,
Pede deferimento.

De São Paulo (SP) para Curitiba (PR), 17 de agosto de 2017.

CRISTIANO ZANIN MARTINS
OAB/SP 172.730

VALESKA TEIXEIRA Z. MARTINS
OAB/SP 153.720

LARISSA TEIXEIRA QUATTRINI
OAB/SP 175.235

KAÍQUE RODRIGUES DE ALMEIDA
OAB/SP 396.470

ALFREDO E. DE ARAUJO ANDRADE
OAB/SP 390.453

SOFIA LARRIERA SANTURIO
OAB/SP 283.240